

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023.

(Do Sr. Paulo Guedes)

Senhor (a) Presidente,

Nos termos do art. 58 § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258. Do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que, ouvida a Comissão, seja realizada reunião de audiência pública na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, para debater “Os impactos socioambientais decorrentes da instalação de linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante a Aneel;
2. Representante do Ministério Minas e Energia;
3. Representante da Eletronorte;
4. Representante da Eletrobrás;
5. Presidente do IBAMA;
6. Presidente da FUNAI;
7. Representante do Ministério dos Povos Indígenas;
8. Representantes de Associações indígenas.



JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da preservação do meio ambiente e dos direitos das comunidades indígenas, justifica-se a realização de uma audiência pública para discutir os impactos socioambientais decorrentes da instalação de linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia.

A Amazônia é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta e possui uma rica diversidade cultural, abrigando diversas comunidades indígenas que têm suas vidas e culturas profundamente ligadas ao meio ambiente. A instalação de linhas de transmissão nessas áreas pode trazer consequências negativas tanto para o ecossistema quanto para os povos indígenas que habitam essas regiões.

As linhas de transmissão (LTs) são utilizadas a partir de sistemas produtores de energia elétrica para fazer com que a energia produzida chegue aos centros consumidores. Pelas suas características, as linhas de transmissão possibilitam impactos que podem ser reunidos em três grupos: impactos consequentes da ocupação do solo, impactos consequentes da exposição aos campos eletromagnéticos e impactos visuais (ELETROBRÁS/CPTA/GA-005, 1990 apud PIRES, 2005).

Apenas por argumentação, se forem considerados somente os impactos decorrentes da ocupação do solo, podem ser citados a derrubada de vegetação, a escavação, a movimentação de maquinário para a instalação das torres, interferências em possíveis áreas sensíveis ambientalmente, possíveis necessidades de desapropriação e realocação, entre outros (PIRES, 2005).

Além disso, é importante ressaltar que a temática dos impactos socioambientais da instalação de linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia ganha atenção e repercussão nos noticiários nacionais. Com frequência, são divulgadas reportagens que abordam os conflitos relacionados às



derrubadas dessas linhas de transmissão pelos indígenas, como forma de protesto contra os impactos sofridos indevidamente¹.

Um exemplo notório é o caso de uma associação indígena no estado do Maranhão, que obteve uma decisão judicial favorável no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), obrigando a empresa Eletronorte a pagar uma compensação financeira mensal pelos impactos suportados indevidamente pelos indígenas. Esse episódio destaca a importância de discutir e buscar soluções para mitigar os impactos socioambientais causados pelas linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia².

É fundamental debater o assunto de forma ampla e aprofundada, considerando os diversos aspectos envolvidos. Os impactos socioambientais podem abranger desde a destruição de áreas naturais, como florestas e rios, até a violação dos direitos e costumes das comunidades indígenas, resultando em perda de território, conflitos socioambientais e até a ameaça da cultura e identidade desses povos.

A realização da audiência pública proporcionará um espaço adequado para a exposição de diferentes perspectivas e experiências relacionadas a esse cenário. Será uma oportunidade para discutir possíveis alternativas, inclusive envolvendo as próprias comunidades indígenas, a fim de encontrar soluções sustentáveis que respeitem os direitos dos povos tradicionais, preservem a biodiversidade e assegurem o desenvolvimento energético de forma responsável e equilibrada.

Dessa forma, a realização da audiência pública é essencial para promover um debate democrático e construtivo, a fim de buscar alternativas que conciliem o desenvolvimento energético, a preservação ambiental e os direitos das comunidades indígenas. O tema proposto é de relevância nacional e merece ser discutido em um espaço de participação e debate público.

¹ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/12/13/indios-guajajaras-derrubam-torre-de-eletricidade-no-maranhao.ghtml>

² <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/04/27/trf-1-condena-eletronorte-a-indenizar-indigenas.ghtml>



Portanto, reitero a importância de se realizar esta audiência pública, de modo a promover uma discussão abrangente e aprofundada sobre os impactos socioambientais decorrentes da instalação de linhas de transmissão em territórios indígenas na Amazônia, visando uma busca por soluções justas, equitativas e sustentáveis para todas as partes envolvidas.

Assim, contamos com a colaboração dos nobres pares para aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado PAULO GUEDES
(PT / MG)

